



Senado aprova nova atribuição para defensor público federal

Jonas Pereira/Agência Senado



Um acordo entre os senadores permitiu a dispensa do prazo de cinco dias úteis para que a proposta fosse votada pelo Plenário em dois turnos ontem

PEC, que autoriza servidor a propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, passou no Plenário e segue agora para a Câmara

Por unanimidade, o Plenário do Senado aprovou ontem uma proposta de emenda à Constituição que dá legitimidade ao defensor público-geral federal para propor ação direta de constitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade.

Um acordo permitiu a dispensa do prazo de cinco dias úteis para que a PEC fosse votada em dois turnos ontem.

A proposta, que segue para a Câmara, também autoriza o Superior Tribunal de Justiça a transferir ações da Justiça comum para a Justiça Federal quando houver grave violação de direitos humanos. **3**

Ministro assina hoje aval para SUS ofertar remédio de alto custo **3**

Projeto dá vaga em escola para filho de mulher agredida **6**

Anatel defende transferir patrimônio para telefônicas **7**

Colegiados analisam texto que endurece leis antidrogas **3**

Especialistas criticam mudanças em órgãos da área ambiental

Em duas audiências na comissão mista da medida provisória que reorganizou o Executivo, o governo foi acusado de esvaziar as áreas ambiental e dos direitos dos povos indígenas e

dos quilombolas. A transferência de atribuições do Ministério do Meio Ambiente para outras pastas, estabelecida pela MP, foi criticada pelos participantes dos debates. **8**

Técnicos da Vale negam em CPI responsabilidade por desastre

Em depoimento ontem à CPI de Brumandinho, o engenheiro Felipe Rocha e o geólogo César Grandchamp disseram que não podem ser responsabilizados pelo rompimento, cujas causas só serão

conhecidas ao final da investigação. Auditor da empresa Tüv Süd, que atestou a estabilidade da barragem, Arsênio Negro Júnior alegou direito de ficar em silêncio durante a reunião. **5**

Jane de Araújo/Agência Senado



Senador Fernando Bezerra e deputado João Roma ouvem Luiz Eloy Terena em audiência sobre MP

Pedro Franco/Agência Senado



Arsênio Negro Júnior, ao lado da advogada, e Jorge Kajuru ouvem o relator da CPI, Carlos Viana

Senado vai discutir propostas sobre pacto federativo com governadores, informa Davi

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse ontem que a Casa vai fazer uma compilação dos projetos sobre pacto federativo para discuti-

-los em reunião com os governadores em 8 de maio. Entre os temas a serem tratados, estão a cessão onerosa e a compensação pela Lei Kandir. **2**

Para senadores, reforma na Previdência dos militares pode prejudicar contas estaduais

Em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos, senadores manifestaram preocupação com os impactos da proposta de reforma da

Previdência para militares nas contas estaduais, apesar de o governo estimar uma economia para os estados de R\$ 52 bilhões em dez anos. **4**

Senado vai propor novo pacto federativo, afirma Davi

Presidente da Casa que representa os estados e o Distrito Federal disse que senadores cumprirão seu papel para garantir melhor distribuição dos recursos públicos entre todos os entes federados

OS PROJETOS DE reforma do pacto federativo serão propostos pelo Senado, informou o presidente da Casa, Davi Alcolumbre. De acordo com ele, o Senado compilará uma série de propostas, a serem discutidas em reunião com os governadores no dia 8 de maio. Entre os temas a serem tratados estão a securitização, a cessão onerosa, a redistribuição dos royalties do petróleo, os bônus de assinatura e a compensação aos estados exportadores em decorrência da Lei Kandir.

— Vamos compatibilizar a pauta que os governadores vão apresentar para os senadores e vamos, dentro do Senado, levantar um projeto que seja de verdade sobre a redistribuição



Davi diz que a Casa assumirá a tarefa de redesenhar o pacto federativo

dos recursos arrecadados com os impostos para os estados e para os municípios — declarou.

De acordo com ele, o protagonismo do Senado foi reconhecido pelo ministro da

Economia, Paulo Guedes.

— O governo sinalizou que quer dividir o recurso da arrecadação do Brasil com estados e municípios. Que bom que o governo entendeu que o Senado é a Casa da Federação.

Comissão debate amanhã Cadastro Ambiental Rural

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) fará uma audiência amanhã para debater o Cadastro Ambiental Rural (CAR).

O requerimento é do senador Marcio Bittar (MDB-AC), para quem as informações do cadastro comprovam que o produtor rural é o maior agente de proteção da natu-

reza do país e, mesmo assim, a atividade agropecuária ainda é “demonizada” por grupos ambientalistas.

“O Brasil, graças aos produtores rurais, é um dos países que mais protegem o meio ambiente, com patamares muito superiores aos de países desenvolvidos, como Estados Unidos, Canadá e Austrália.

O ecologismo político condenou diversos estados à estagnação econômica, em virtude da impossibilidade de explorarem as riquezas naturais e as potencialidades regionais”, justifica.

Foram convidados representantes da Embrapa e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), entre outros.

Senado e Marinha vão discutir ações para setor náutico

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, recebeu ontem o comandante da Marinha, almirante Ilques Barbosa Junior. Eles trataram de assuntos relacionados à importância da Marinha para o desenvolvimento nacional e à instalação, em maio, da Frente Parlamentar Mista da Marinha Mercante. O grupo reunirá deputados e senadores que desejam contribuir

com as atividades do setor náutico civil brasileiro.

Segundo Davi, com a frente parlamentar, o Congresso Nacional reforçará sua contribuição para a Marinha. Barbosa acrescentou que o grupo promoverá debates sobre terminais, portos marítimos e aquaviários e hidrovias.

O almirante informou que está em fase de elaboração

um estudo técnico sobre o aumento do calado dos navios que aportam no Amapá.

— Cada centímetro a mais de calado significa maior quantidade de carga transportada — explicou.

Segundo ele, a questão também é importante para o desenvolvimento do Arco Norte brasileiro, que inclui todo o transporte do agropêlo da região.

Cúpula na cor verde alerta para acidente de trabalho

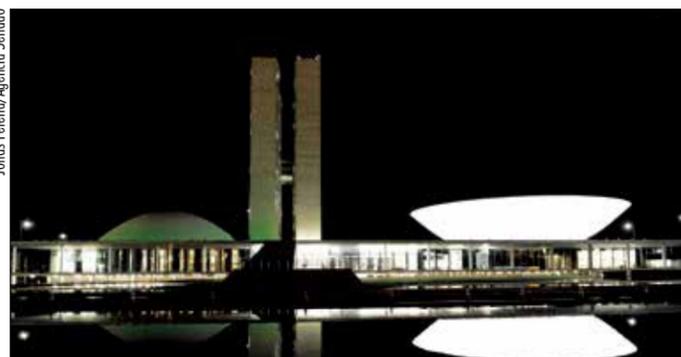
Durante toda esta semana, a cúpula do Senado estará iluminada na cor verde para lembrar o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças de Trabalho, celebrado

em 28 de abril. A iniciativa da campanha é do senador Paulo Paim (PT-RS).

A data foi escolhida em razão de um acidente que matou 78 trabalhadores em uma mina

no estado da Virgínia, nos Estados Unidos, em 1969. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) consagra a data à reflexão sobre a segurança e saúde do trabalhador. O dia 28 foi instituído no Brasil por meio da Lei 11.121, de 2005.

Segundo a OIT, ocorrem anualmente no mundo cerca de 270 milhões de acidentes de trabalho, além de aproximadamente 160 milhões de casos de doenças ocupacionais. As ocorrências chegam a comprometer 4% do PIB mundial. Cada acidente ou doença representa, em média, a perda de quatro dias de trabalho.



Iluminação é pela campanha Abril Verde, que busca aumentar prevenção

Projeto determina dados sobre teor de sódio, açúcar e gordura em rótulos

Aguarda emendas na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto de lei de Jorge Kajuru (PSB-GO) que insere alerta indicativo da composição nutricional na embalagem de produtos que contenham teores elevados de açúcar, sódio e gorduras (PL 2.313/2019).

De acordo com a proposta, a autoridade sanitária competente estabelecerá as características das mensagens de advertência.

Caso aprovado o projeto, os produtos fabricados até o início da vigência da lei poderão ser comercializados até o final do prazo de validade.

Lucas Barreto aponta abandono de barragem no Amapá

O abandono da barragem de rejeitos Mário Cruz, em Pedra Branca do Amapari (AP) oferece altos riscos ambientais ao Rio Amapari e às cidades de Porto Grande e Ferreira Gomes, apontou Lucas Barreto (PSD-AP). Segundo o senador, a barragem, de responsabilidade do grupo Anglo American/Zamin Ferrous, não recebe manutenção desde 2014. Lucas cobrou respostas da Agência Nacional de Mineração (ANM) e do Ministério Público Estadual.

— Há cinco anos essa barragem não tem um vigia sequer.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Governo virou as costas para Roraima, diz Telmário Mota

Roraima está isolada, afirmou Telmário Mota (Pros-RR). Segundo o senador, à noite não é possível entrar no Brasil pelo estado, porque uma corrente na BR-174, no trecho Waimiri-Atroari, não permite a passagem do cidadão brasileiro. Ele disse ainda que não é possível entrar na Venezuela em momento algum, e isso causa grandes prejuízos à economia do estado. Telmário acusou Jair Bolsonaro de virar as costas para Roraima e disse que foi o estado onde o presidente foi mais bem votado.



Jefferson Rudy/Agência Senado

ERRAMOS

Ao contrário do que o **Jornal do Senado** publicou na edição de ontem, o partido da senadora Rose de Freitas (ES) não é o MDB, e sim o Podemos.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CAE/CAS Leis contra drogas

9h Análise do PLC 37/2013, que endurece a legislação antidrogas.

CCT Ministro da Ciência e Tecnologia

9h Audiência com Marcos Pontes.

CDB Energia elétrica no Norte

9h Entre 3 itens, o PRS 24/2019, que cria frente parlamentar em defesa do consumidor de energia da Região Norte.

CRE Mulheres no serviço militar

9h O PLS 213/2015, que dá à mulher opção ao serviço militar, é um dos 8 itens.

MP 870/2019 Ministérios

9h Audiência. Às 14h, mais um debate.

CAS Spinraza

10h Instalação de 3 subcomissões. Depois, assinatura da portaria que regula o remédio Spinraza pelo SUS.

CCJ Conselho do Ministério Público

10h Entre 18 itens, 3 nomes para o CNMP.

CRA Marisqueiras

11h Na pauta de 8 itens, o PLC 47/2017, que regula atividades das marisqueiras.

CMA Madeira em obra pública

14h O PLS 234/2016, que exige comprovação de origem da madeira usada em obras públicas, é um dos 13 itens.

CMO Reunião de líderes

14h Reunião do colegiado de líderes para tratar de ajuste nas áreas temáticas e indicações para cargos da Mesa.

MP 862/2018 Nova região no DF

14h Análise do relatório.

MP 868/2018 Marco do Saneamento

14h Análise do relatório.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Na pauta, o PLC 84/2018, que assegura às pessoas com deficiência visual o direito de receber cartões de crédito e de movimentação de contas bancárias com as informações vertidas em braille.

CMO Verba para Roraima

14h30 Na pauta, a MP 865/2018, que destina R\$ 225,7 milhões para Roraima.

CSE Incentivo à inovação

14h30 Debate sobre mecanismos legislativos para desburocratizar o empreendedorismo e incentivar a inovação.

MP 867/2018 Regulação ambiental

14h30 Análise do relatório.

MP 869/2018 Dados pessoais

14h30 Análise do relatório.

MP 863/2018 Capital de fora em aéreas

15h30 Análise do relatório.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Aprovada nova atribuição do defensor público federal

PEC que autoriza o servidor a propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade no Supremo passou por unanimidade no Plenário do Senado e vai à Câmara

O PLENÁRIO DO Senado aprovou, por unanimidade, a proposta de emenda à Constituição que confere legitimidade ao defensor público-geral federal para propor ação direta de inconstitucionalidade (ADI) e ação declaratória de constitucionalidade (ADC) no Supremo Tribunal Federal (STF).

A PEC 31/2017 ainda autoriza o Superior Tribunal de Justiça (STJ), quando provocado, a transferir ações para a Justiça Federal em caso de grave violação dos direitos humanos. O texto teve 68 votos favoráveis e agora segue para a Câmara dos Deputados.

Por acordo entre os senadores, houve quebra de interstício dispensando o prazo necessário de cinco dias úteis para que a proposta pudesse

ser votada em dois turnos ontem.

De acordo com a redação da Constituição de 1988, a Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (Anadef) tem legitimidade para a propositura de ações objetivas, enquanto o mesmo não ocorre em relação à Defensoria Pública da União.

A PEC foi elaborada pelo ex-senador Antônio Carlos Valadares para corrigir a distorção e, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), recebeu parecer favorável do relator, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), com duas emendas de redação.

— Essa PEC supre uma injustiça da Carta de 1988 que não previu que o defensor-geral fosse também legitimado para

propor a ação civil pública, que é prevista, inclusive, para as entidades da sociedade civil. Então, na verdade, nós estamos corrigindo uma omissão — disse Anastasia.

Defensor estadual

Na discussão em Plenário, os senadores Eliziane Gama (Cidadania-MA) e Weverton (PDT-MA) ressaltaram a necessidade de haver mais defensores públicos estaduais.

— Principalmente nos estados do Norte e do Nordeste, que não têm estrutura, não têm recursos para ampliar as defensorias nas comarcas. A legislação fala que até 2022 é necessário ter um defensor público em cada comarca e infelizmente nós estamos longe dessa realidade — lamentou Weverton.

Comissões discutem hoje pena maior para traficante de drogas

As Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS) discutem hoje o projeto que endurece a política sobre drogas no Brasil.

O texto (PLC 37/2013), que tem o senador Styvenson Valentim (Pode-RN) como relator nas duas comissões, prevê a possibilidade de internação compulsória de usuários de drogas e a ampliação da pena para traficantes. Depois da CAE e da CAS, o projeto segue para a análise da Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A proposta foi apresentada pelo ministro da Cidadania, Osmar Terra, quando deputado, e ele deve comparecer ao debate. O texto foi desarquivado este ano a pedido do senador Lasier



Styvenson Valentim é o relator da proposta nas duas comissões

Martins (Pode-RS) e já foi aprovado nas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Educação (CE), com alterações. A CCJ, por exemplo, autorizou a importação de derivados e produtos à base de cannabis para uso terapêutico e a criação de um limite mínimo de porte de drogas para diferenciar usuário de traficante.

Ministro libera oferta pelo SUS de remédio para doença rara

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) receberá hoje o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta. Ele assinará no Senado a portaria que regulamenta a disponibilização, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), do medicamento de alto custo Spinraza, destinado aos pacientes da doença rara amiotrofia muscular espinhal (AME).

A doença compromete o funcionamento de músculos e órgãos. O presidente da CAS, senador Romário (Pode-RJ), disse receber o ministro com muita satisfação.

Em março, Mandetta esteve no Senado e, durante audiência na CAS, ouviu depoimento de pacientes

que precisam do remédio. O ministério comprará o remédio na modalidade compartilhamento de risco, em que o governo só pagará pelo medicamento se houver melhora do paciente. O Spinraza pode ser a primeira medicação incluída no SUS pelo viés dessa modalidade. Atualmente, o tratamento por paciente custa R\$ 1,3 milhão por ano.

Antes da assinatura da portaria, a CAS instalará três colegiados: a Subcomissão Temporária de Doenças Raras e as Subcomissões Permanentes de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência e de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa.



A proposta também autoriza o STJ a transferir ações para a Justiça Federal se houver violação de direitos humanos

Juíza Selma considera decisão do TRE-MT injusta

A senadora Juíza Selma (PSL-MT) considerou injusta a decisão do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) de cassar o seu mandato. Ela continua no cargo aguardando decisão sobre recurso ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Segundo ela, as despesas da campanha foram autofinanciadas com recursos do seu suplente e as dívidas da pré-campanha, pagas com cheque nominal.

— Somados todos os gastos, o valor não atingiu o teto, o que desmonta a acusação de abuso de poder econômico.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Mesa deve aceitar denúncia contra STF, afirma Lasier

Lasier Martins (Pode-RS) afirmou que cabe ao Senado receber denúncias contra os ministros do Supremo Tribunal Federal. Com base nisso, ele voltou a defender o cumprimento da lei para que os integrantes da Mesa, e não somente o presidente do Senado, monocraticamente, decida sobre a aceitação de denúncia contra ministro do STF e a consequente abertura de processo de impeachment.

— Devemos exigir que o presidente cumpra a lei, ou seja, submeta à Mesa a análise para o recebimento ou não das denúncias — disse.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Vai a comissão texto sobre custeio de presos

O projeto que determina que os presos paguem pela sua manutenção nas penitenciárias saiu da pauta do Plenário e será analisado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). O PLS 580/2015 seria votado ontem, mas um acordo entre os senadores terminou por enviá-lo para a análise da comissão, que se manifestará em até 15 dias.

O texto havia sido aprovado apenas pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), mas Randolfe Rodrigues (Rede-AP) requereu um parecer também da CDH, argumentando que se trata de um tema sensível e de impacto social.

De acordo com o projeto, a Lei de Execução Penal

(LEP) passaria a considerar obrigatório o ressarcimento, pelo preso, dos gastos do Estado com a sua manutenção. Isso poderia ser cumprido com recursos próprios ou com trabalho. Atualmente, a lei determina apenas que os presos podem exercer trabalho remunerado e que um dos fins da remuneração será o ressarcimento ao Estado.

A senadora Simone Tebet (MDB-MS) observou que o objetivo do projeto é tornar o ressarcimento independente da opção pelo trabalho. Segundo ela, isso afetaria principalmente os presos mais ricos, que seriam compelidos a custear de imediato as despesas com os seus próprios recursos,

mesmo que decidissem não trabalhar durante o cumprimento da pena.

— O projeto iguala os desiguais. Permite que, quando o crime é cometido por aquele que tem bens, esse indivíduo contribua imediatamente — disse a senadora.

Ela é autora de duas emendas que foram incorporadas ao projeto pelo parecer da CCJ. Uma delas determina que, se o preso tiver condições financeiras, mas se recusar a pagar ou a trabalhar, ele será inscrito na dívida ativa da Fazenda Pública. A outra modificação aprovada pela CCJ estabelece que o preso sem recursos próprios suficientes terá a dívida restante perdoada ao final do cumprimento da pena.

Impacto nos estados com previdência de militares preocupa senadores

Integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos disseram em audiência que reforma poderá impactar negativamente contas estaduais

SENADORES MANIFESTARAM PREOCUPAÇÃO, em audiência ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com os impactos da proposta de reforma da Previdência para militares — que inclui policiais e bombeiros militares — nas contas estaduais, apesar de o governo estimar uma economia para os estados da ordem de R\$ 52 bilhões em dez anos.

Hoje as alíquotas para policiais e bombeiros militares variam entre 11% e 14% de suas remunerações, dependendo do estado, mas a reforma dos militares (PL 1.645/2019) prevê um desconto menor: 8,5% em 2020, subindo de forma escalonada até 10,5% em 2022.

Já para os militares da Aeronáutica, do Exército e da Marinha, haverá aumento da alíquota, pois atualmente o desconto é de 7,5%. De acordo com o diretor de Assuntos Legislativos da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais (Feneme), Elias Miler da Silva, 15 estados



Entre representantes da IFI, do MP e de militares, Omar (C) dirige debate

aplicam alíquotas de 11% para bombeiros e policiais, 10 estados têm alíquota de 14% e em outros 2 a alíquota é de 13%.

Para os senadores, é preciso ter mais clareza sobre os impactos da medida.

— Em alguns estados, a contribuição já é de 14% ou de 11%. Será reduzida essa contribuição ou isso bate em algum tipo de obstáculo? Se for assim [a redução da alíquota], pode causar um furo grande nas expectativas da maioria dos governos estaduais — advertiu

Tasso Jereissati (PSDB-CE).

A expectativa do governo é economizar R\$ 10,45 bilhões, conforme assinalou o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto. Para ele, o efeito fiscal da proposta é importante para o país, mas poderia ser melhor caso não fosse apresentada agora uma reestruturação do setor, o que permitiria uma economia de R\$ 97,3 bilhões.

— O equívoco talvez tenha sido apresentar isso junto com a reestruturação, que também

tem um efeito fiscal — disse.

Esperidião Amin (PP-SC) pediu que a IFI faça um levantamento do impacto nas finanças dos governos estaduais.

— Esse levantamento é importante porque eu não tenho esse dado e não leio em nenhum documento dos muitos já produzidos sobre reforma da Previdência — apontou.

No momento em que parlamentares exigem a derrubada do sigilo dos dados que embasam a proposta da reforma (PEC 6/2019), senadores aprovaram requerimento solicitando uma senha de acesso a esses levantamentos. O requerimento foi apresentado por Major Olimpio (PSL-SP).

— É importante que esses dados sejam abertos a toda a sociedade. Não só os dados da União, mas também dos estados. Só assim conseguiremos fazer uma análise absolutamente serena — disse o presidente da Associação Paulista do Ministério Público (APMP), Paulo Penteado Teixeira Junior.

Governo e policiais civis divergem em debate sobre reforma

O interlocutor do governo e os representantes dos policiais divergiram na Comissão de Direitos Humanos (CDH) sobre os pontos da proposta da reforma da Previdência voltados aos policiais civis e demais categorias ligadas à segurança pública. Os policiais questionam o fim da aposentadoria especial e a diferenciação entre a proposta para militares e policiais civis. Algumas categorias, como os servidores penitenciários e os dos Detrans, pediram o reconhecimento de que são parte do sistema de segurança pública.

O diretor jurídico da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRF), Marcelo Azevedo, defendeu a diferenciação da previdência dos policiais civis porque a profissão é atividade de risco, traz desgaste físico e mental e restringe direitos. Azevedo lembrou que os policiais civis e federais não têm adicionais noturno, de insalubridade e de periculosidade, não ganham

hora extra e não podem fazer greve. O diretor disse que 542 policiais morreram em 2017, e que a idade média de morte entre policiais é de 56 anos.

Representante do Ministério da Economia, Naron Gutierrez Nogueira citou dados do Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal (Sigepe) que negam incidência maior de morte precoce entre policiais aposentados. Nogueira disse ainda que a idade mínima para aposentadoria proposta na PEC 6/2019 para policiais é sete anos a menos que na

regra geral para as mulheres e dez para os homens.

Presidente da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis (Cobrapol), André Luiz Gutierrez questionou os números do governo, afirmando que dados da FGV mostram que todos os dias policiais morrem no Brasil em decorrência da função.

Para o presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais, Luís Antônio Boudens, o governo é insensível ao apresentar dados que desconsideram a diferença do policial

que morreu num acidente de trânsito daqueles que morrem, por exemplo, correndo atrás de bandidos ou porque, no período de folga, foram identificados como policiais e assassinados.

Representante do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil, Thiago Frederico Costa disse que as regras de transição são muito duras e atingem em cheio os que estão na ativa.

— Não há um aumento gradual da idade mínima diferenciada para policiais.

O presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal, Edvandar Felix de Paiva, afirmou que o governo tem escondido números e não apresenta os benefícios da reforma para a sociedade.

A senadora Zenaide Maia (Pros-RN) criticou a “estratégia de jogar categorias de trabalhadores umas contra as outras”.

— O governo sabe exatamente onde estão os grandes sonegadores e devedores da Previdência. Por que não cobra de quem deve?



Zenaide criticou o governo em audiência comandada por Nelsinho (3º à esq.)

Requerimentos cobram liberação de dados declarados sigilosos

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, acatou dois requerimentos de informações direcionados ao ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre a reforma da Previdência. Ambos cobram a liberação de dados declarados sigilosos

pelo governo e ainda serão analisados pela Mesa.

O RQS 305/2019 tem como primeiro signatário o líder do governo no Senado, Major Olimpio (PSL-SP). Ele cobra informações sobre os dados que embasaram a apresenta-

ção da proposta da reforma da Previdência (PEC 6/2019). O pedido é para que sejam enviadas para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) informações sobre os subsídios técnicos que respaldaram a apresentação da proposta.

Já o RQS 317/2019, cujo primeiro signatário é Randolfe Rodrigues (Rede-AP), cobra o envio de todos os dados públicos a respeito do déficit previdenciário que o governo federal classificou como sigilosos.

Jean Paul aponta obstáculos para mudar carreira militar

Ao informar sobre encontro da bancada do PT com representantes das



Jefferson Rudy/Agência Senado

Forças Armadas para discutir a reforma da Previdência (PEC 6/2019) e a reestruturação da carreira militar (PL 1.645/2019), Jean Paul Prates (PT-RN) disse que há obstáculos econômicos para a aprovação das propostas. O encontro, disse, aconteceu na liderança do partido, após debate na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre o mesmo tema. Jean Paul reconheceu a necessidade de reestruturação da carreira, mas, para ele, os problemas econômicos do país dificultam a alteração.

Humberto critica sigilo sobre dados da Previdência Social

Humberto Costa (PT-PE) classificou como arbitrário e inaceitável o ato do presidente



Jefferson Rudy/Agência Senado

Jair Bolsonaro de decretar o sigilo dos dados para embasar a reforma da Previdência (PEC 6/2019). De acordo com o senador, não só o Congresso, mas também a imprensa e o povo têm direito a um amplo acesso às informações.

— Parece inacreditável que, em meio a um debate acirrado sobre o impacto que essa proposta terá na vida do povo e no futuro do país, o Ministério da Economia tome a estapafúrdia decisão de decretar como secretos os documentos.

Kajuru lamenta cortes no BPC e na aposentadoria rural

Jorge Kajuru (PSB-GO) lamentou que a Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania da Câmara não pretenda retirar do relatório da reforma da Previdência (PEC 6/2019) cortes no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e na aposentadoria rural. A proposta encaminhada pelo governo prevê cortes nos dois benefícios.

— Desde ontem [segunda-feira], um conjunto de manifestações na Câmara dos Deputados caminha para um consenso sobre a reforma da Previdência em que o BPC, o famigerado benefício, e os trabalhadores rurais não serão mais prioridade nesta primeira etapa da reforma — afirmou o senador em Plenário.

Técnicos da Vale negam culpa em tragédia

Em depoimento à CPI de Brumadinho, engenheiro e geólogo disseram que a responsabilidade pelo rompimento da barragem só poderá ser conhecida após a investigação

A CPI DE Brumadinho ouviu ontem o engenheiro Felipe Rocha, da área de Recursos Hídricos da empresa Vale, e o geólogo César Grandchamp, também funcionário da mineradora. Ambos negaram responsabilidade pelo rompimento da barragem de rejeitos de mineração em Brumadinho (MG), em 25 de janeiro, que provocou um desastre ambiental e, até o momento, deixou 232 mortos e 40 desaparecidos.

O pedido para ouvir Rocha se baseou em informação do Ministério Público segundo a qual, em uma reunião interna da Vale, o engenheiro apontou a situação de risco de algumas barragens.

O senador Jorge Kajuru (PSB-GO) lembrou que o presidente afastado da Vale, Fábio Schvartsman, afirmou que “se Rocha quisesse, poderia ter alertado a respeito do risco do rompimento de barragens” a qualquer momento. O senador perguntou se o engenheiro apresentou para a Vale a avaliação de risco das barragens.

Rocha confirmou que foi feita uma apresentação sobre riscos em barragens que citava a barragem B1 da mina Córrego do Feijão. Ele disse que tem a lista de presença nas reuniões.

— Os riscos da barragem, apesar de não serem iminentes, foram apontados para a diretoria da Vale. Dei publicidade a todas as informações às quais tive acesso — declarou.

Rocha disse que o relatório sobre as recomendações acerca

da barragem foi enviado para a diretoria. Segundo ele, a análise de risco era feita por um consórcio que incluía a empresa Tüv Süd (*veja abaixo*). Depois ele consolidava as informações e as apresentava em um painel de especialistas.

Auditoria

Apesar dos relatórios, os funcionários da área geotécnica não demonstraram preocupação, afirmou. O engenheiro acrescentou que, por ser da área de recursos hídricos e não da área geotécnica, não tinha condição de avaliar as causas do rompimento da barragem.

Rocha leu um e-mail sobre a situação da barragem da mina Córrego do Feijão que, segundo ele, seria uma forma de evidenciar que os diretores foram comunicados de que o empreendimento merecia ser monitorado.

O relator da CPI, senador Carlos Viana (PSD-MG), questionou se a Vale tinha acesso aos relatórios de auditoria antes de serem finalizados. Rocha disse que nunca trabalhou na área de auditoria, mas ressaltou que havia uma versão do relatório para comentários. A Vale poderia tecer comentários e enviar para a empresa de auditoria, que assim faria uma versão final.

O engenheiro informou que paga sua própria advogada. Ele negou que a Vale tenha proposto pagar uma banca de advogados em troca do seu silêncio.

Segundo Rocha, não é possível indicar a empresa como culpada pelo rompimento da barragem, pois ainda há uma investigação em curso. Ele afirmou ainda que sua área não é a responsável pela definição de limite de risco das barragens e negou que tenha recebido orientações da Vale para direcionar seu depoimento à CPI.

Na condição de representante legal da empresa, César Grandchamp assinou a declaração de condição de estabilidade da barragem B1 da mina Córrego do Feijão. Ele chegou a ser preso após o rompimento da barragem.

Radar

Apesar de ter um habeas corpus que lhe garantia o direito de ficar em silêncio, Grandchamp respondeu às perguntas da comissão.

O relator, Carlos Viana, lembrou que Grandchamp pode ser responsabilizado criminalmente pela tragédia, mas a CPI não quer que a culpa fique apenas com os funcionários da Vale. O senador ressaltou que a CPI trabalha para que a responsabilidade alcance também os altos cargos da empresa — que, em sua opinião, estaria optando pela transferência de culpa.

Carlos Viana perguntou se o geólogo pressionou o operador de radar para “ficar calado” sobre possíveis erros do aparelho. Grandchamp negou e disse que “a gente ainda está aprendendo



Felipe Rocha e César Grandchamp: ambos são investigados por tragédia

a lidar com o radar”. Ele acrescentou que não poderia demitir o operador, já que não era o chefe dele. Questionado pela senadora Juíza Selma (PSL-MT), o geólogo disse que não assinou o laudo sob pressão de superiores.

Kajuru quis saber se o rompimento da barragem foi um acidente ou um crime ambiental.

— Foi uma tragédia que terminou gerando um crime ambiental. Mas sem o laudo da perícia fica muito difícil. Não tem um dia em que eu não pense sobre o que ocorreu. Mais do que qualquer pessoa, eu quero saber. Não tínhamos nada que nos dissesse que a barragem estava em risco — afirmou o geólogo.

Responsabilidade

Grandchamp negou ainda sua responsabilidade no rompimento e disse que outras equipes de geotecnia atestam

a segurança das barragens da Vale. Ele disse que a negociação sobre as auditorias de segurança não foi feita sob sua responsabilidade e registrou esperar que a perícia aponte o erro na tragédia de Brumadinho.

O geólogo admitiu, no entanto, conhecer o laudo que atestava a estabilidade da barragem que se rompeu.

— Eu nunca ouvi que a barragem B1 estivesse em risco. Minha sala ficava debaixo dessa barragem. Em 33 anos de Vale, fiz grandes amigos. Muitos deles morreram lá em Brumadinho. Naquele dia, eu fui chamado a um compromisso um pouco mais cedo e terminei escapando com vida — afirmou Grandchamp.

O geólogo confirmou que a Vale está pagando seu advogado. Segundo ele, esse é um direito dos funcionários da empresa, assim como o direito a plano de saúde. A senadora Juíza Selma disse, no entanto, que nenhum funcionário tem esse direito.

Ela citou um depoimento à Justiça que registra que a ideia de desativação da barragem surgiu apenas no final de 2018. Grandchamp disse, porém, que isso vem sendo pensado desde 2012.

— Tenho consciência de que tudo que fiz foi respeitando o padrão das normas e dentro da ética. Não tenho o sentimento de culpa. Tudo o que falei aqui foi estritamente a verdade — afirmou Grandchamp.

Tributação

Carlos Viana informou que seu relatório está bem adiantado e será apresentado em breve. Uma sugestão que deve ser apresentada é o aumento da tributação das empresas de exploração mineral.

— Está claro que essas empresas são subtributadas em nosso país e temos a obrigação de propor uma nova forma de cobrança. Vamos dar uma resposta muito firme sobre o que está acontecendo para que tragédias como essa não se repitam — afirmou o relator.

Auditor de segurança de barragens que assinou laudos fica em silêncio em CPI

O engenheiro Arsênio Negro Júnior, auditor da empresa alemã Tüv Süd, foi chamado por requerimento do relator da CPI, senador Carlos Viana, para esclarecer se a empresa fora pressionada a assinar os laudos de estabilidade das barragens da Vale.

Negro Júnior, no entanto, apresentou um habeas corpus para permanecer em silêncio e não assumir o compromisso de dizer a verdade. Ele disse que já prestou “oitivas longas e complexas” à polícia e ao Ministério Público e foi aconselhado a permanecer em silêncio na CPI.

Mesmo assim, o relator afirmou que a CPI tinha o direito de fazer as perguntas programadas, para aproveitar a presença do convocado.

— Respeitamos a decisão da Justiça, mas entendemos que isso não impede a CPI de fazer as perguntas — declarou Carlos Viana.

O relator questionou o en-



Negro Júnior apresentou habeas corpus e disse que já falou à polícia

genheiro se as ações da Vale foram as adequadas tendo em vista um suposto vazamento em uma de suas barragens ainda em junho de 2018. Viana perguntou também sobre o risco de cancelamento do contrato da Vale com a Tüv Süd em caso de a empresa contratada negar o atestado de segurança para a barragem do Córrego do Feijão. Negro Júnior, no entanto, disse preferir não responder.

Para a senadora Juíza Sel-

ma, a decisão pelo silêncio só faz o depoente “angariar a antipatia de todas as pessoas”. Ela questionou se a Vale está pagando algum prêmio pelo silêncio do engenheiro na CPI, o que ele negou.

O senador Jorge Kajuru disse que a CPI quer “separar os lambaris dos tubarões”. O senador pediu para o engenheiro pensar em sua própria família e deixar o silêncio de lado. Kajuru disse que os convocados “protegem a Vale

e seus colegas” e está claro que “a Vale está pagando advogados e conquistando habeas corpus”.

— Para mim, quem paga a banda escolhe a música. Posso estar errado, mas a Vale está pagando seu advogado? — questionou o senador a Negro Júnior, que respondeu que não, mas não quis confirmar se ele próprio está pagando sua advogada.

Comissão

A CPI de Brumadinho é composta por 11 titulares e 7 suplentes. O objetivo da comissão é apurar as causas do rompimento da barragem de rejeitos da mina Córrego do Feijão, da empresa de mineração Vale, em Brumadinho, que ocorreu em 25 de janeiro, e investigar a segurança de outras barragens. A CPI é presidida pela senadora Rose de Freitas (Pode-ES) e tem até 10 de julho para concluir seus trabalhos.

Filho de mulher agredida pode ter vaga escolar

Projeto aprovado pela Comissão de Educação garante que dependente de vítima de violência doméstica estude na escola mais próxima de casa mesmo que não haja vaga

A COMISSÃO DE Educação (CE) aprovou ontem projeto que garante a filhos ou dependentes de mulheres vítimas de violência doméstica vagas em escolas de educação básica nas instituições mais próximas de onde estejam morando. A matrícula deverá ser garantida ainda que já não haja mais vagas na instituição.

O PL 1.619/2019 também determina que os dados do estudante transferido nessa situação sejam mantidos em sigilo. A pedido da senadora Leila Barros (PSB-DF), o texto segue para Plenário em regime de urgência.

O relator, Eduardo Gomes (MDB-TO), explicou que um

dos objetivos é atender mães que se veem forçadas a mudar repentinamente de casa devido às agressões que sofrem.

— Apesar de haver previsão na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) de que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia da vaga na escola pública mais próxima da residência, nem sempre essa é a realidade que se observa, especialmente nas escolas com demanda superior à capacidade — acrescentou.

Ele citou dados de pesquisa recente do Datafolha, em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, sobre o quadro de violência contra

as mulheres no país. Segundo a pesquisa intitulada *Visível e Invisível — a vitimização de mulheres no Brasil*, somente no ano passado 16 milhões de mulheres (o equivalente a 27,4% das mulheres com 16 anos ou mais) sofreram algum tipo de violência. Entre elas, 1,7 milhão foram ameaçadas com facas ou armas de fogo e 1,6 milhão sofreram espancamentos ou tentativas de estrangulamento.

— A cada hora 536 mulheres sofrem algum tipo de violência física neste país. Delas, 23,8% reportam como agressor o esposo, namorado ou companheiro. Outras 15,2% relatam agressões de



Eduardo Gomes é relator do projeto, que segue para análise de Plenário

ex-cônjuges, ex-companheiros ou ex-namorados. Isso mostra que além de combater essa chaga terrível, temos também que ofertar amparo — afirmou

o senador em relação ao projeto votado, que busca não prejudicar a evolução escolar dos filhos ou dependentes da mulher agredida.

Texto desobriga graduação para técnico de futebol

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) rejeitou ontem uma proposta que determina que os clubes de futebol só poderão contratar na



Relator do projeto, Romário rejeitou reserva de mercado

função de técnico profissionais que tenham graduação em cursos de educação física (PLS 369/2015). Apresentado pelo ex-senador Gladson Cameli (hoje governador do Acre), o projeto ainda autoriza o exercício da atividade a quem, até uma eventual sanção do projeto, comprove ao menos seis meses de atividade na função, ainda que não tenha formação em educação física.

Representantes de entidades que defendem os interesses dos profissionais de educação física acompanharam a votação na CE. Dirigindo-se a eles, o relator da proposta, Romário (Pode-RJ), garantiu “não ter nada contra a categoria, muito pelo contrário”.

— Até estudei educação física na faculdade, ainda que não tenha concluído o curso — disse, explicando que sua posição contrária à obrigatoriedade proveio de sua longa experiência no esporte.

— A lei atual [Lei 8.650, de 1993] já prevê uma preferência para a contratação de profissionais com esta formação, mas não a obriga. Eu entendo que não deve haver essa reserva. Se for aprovado, muitos ex-jogadores que não têm formação em educação física não poderão ser treinadores, desmerecendo toda a experiência que adquiriram — disse.

O texto vai à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que tomará a decisão terminativa.

Novo titular da Educação será ouvido em colegiado em maio

O vice-presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Flavio Arns (Rede-PR), confirmou para 7 de maio a audiência pública com o novo ministro da Educação, Abraham Weintraub. Ele assumiu o comando da pasta no dia 8 de abril, nomeado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, logo após a demissão de Ricardo Vélez Rodríguez.

Confúcio Moura (MDB-RO) afirmou que a CE pode abandonar a “postura diplomática” com que, a seu ver, tem lidado com os problemas relacionados ao Ministério da Educação. Para ele, essa

postura permitiu a presença de um ministro “de absoluta inoperância” nos primeiros meses do governo Bolsonaro, numa referência a Vélez.

Leila Barros (PSB-DF) disse que um dos focos da discussão com o novo ministro deve se dar na definição de políticas contínuas de formação de professores.

Para Flávio Arns, é urgente o aprofundamento das discussões sobre um novo Fundo de Desenvolvimento para a Educação Básica (Fundeb), pois o atual só valerá até 2019. O senador defendeu a instituição de um Fundeb permanente.

Criação do Dia Nacional do Rodeio vai a Plenário

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem o relatório do senador Wellington Fagundes (PR-MT) que estabelece 4 de outubro como o Dia Nacional do Rodeio (PLC 108/2018). A data foi a escolhida porque 4 de outubro é reconhecido mundialmente como o Dia dos Animais e também o Dia de São Francisco de Assis, um dos

santos mais queridos na comunidade católica e padroeiro dos animais. O projeto segue agora para análise do Plenário.

— Sinto-me muito tranquilo para relatar esse projeto e falar sobre isso, porque sou médico veterinário. Ao contrário do que muitas vezes é disseminado de forma equivocada, nos rodeios o bem-estar do animal está em primeiro lugar. Os

animais são tratados com todo cuidado e há acompanhamento especializado, eles são o centro do evento — garantiu.

Wellington disse que o rodeio nasceu do trabalho nas fazendas, sendo praticado em diversos países do mundo onde há pecuária forte, como nos Estados Unidos, na Austrália e no Brasil, gerando emprego e renda.

Ministro da Ciência e Tecnologia apresenta prioridades da pasta

O ministro de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, comparecerá ao Senado hoje, em audiência interativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). O ministro falará sobre as prioridades da pasta que comanda.

A vinda do ministro foi um pedido do senador Angelo Coronel (PSD-BA).

Em março, Pontes esteve em audiência conjunta da CCT com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), para explicar o acordo com os EUA para o uso comercial da Base de Alcântara.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Anatel defende mudança na Lei de Telecomunicações

Em debate, presidente da agência garantiu que proposta não entrega patrimônio, mas transfere o ônus que hoje existe na exploração em concessão da telefonia fixa para o compromisso de investimento

O PRESIDENTE DA Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Leonardo Euler de Moraes, defendeu a aprovação do projeto que altera a Lei Geral de Telecomunicações (Lei 9.472, de 1997). A proposta (PLC 79/2016) muda o regime de concessão da telefonia fixa, permitindo que seja feita por autorização à iniciativa privada. O projeto também transfere a infraestrutura de telecomunicações da União para as concessionárias que exploram o serviço desde a privatização do setor, em 1998. Moraes participou ontem de audiência na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

O PLC 79/2016 aguarda relatório da senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Críticos do texto argumentam que, com a mudança do regime de exploração dos serviços, as operadoras não estariam mais obrigadas a cumprir metas de universalização, qualidade e continuidade.

Afirmam ainda que a entrega dos bens públicos pode representar a transferência de R\$ 100 bilhões para o setor privado. Já Moraes argumenta que a alteração no regime de concessões de telefonia fixa é a principal reforma microeconômica desde a desestatização do setor.

— Fala-se numa suposta entrega de patrimônio. Mas não há nada disso. O que queremos é transferir o ônus que hoje existe na exploração em concessão da telefonia fixa para o compromisso de investimento, considerando o impacto da banda larga sobre o crescimento econômico.

Moraes defendeu ainda a revisão da norma que instituiu o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). A Lei 9.998, de 2000, prevê que as empresas devem destinar 1% da receita operacional bruta para o Fust. Mas, segundo o presidente da Anatel, a legislação em vigor tem dois problemas: o dinheiro só pode ser usado na telefonia

fixa e é sempre contingenciado pelo Executivo.

— É preciso que os recursos possam ser aplicados também na banda larga, fixa e móvel. Além disso, desde 2001, foram arrecadados R\$ 21 bilhões. Se atualizarmos esse valor, são R\$ 33 bilhões. O que foi aplicado no setor de telecomunicações? Absolutamente nada — crítica.

Para o senador Eduardo Gomes (MDB-TO), falta clareza quanto à utilização do Fust.

— Quando vai se discutir infraestrutura de telecomunicações, o dinheiro vai para o esporte, para os caminhoneiros, para um monte de coisas.

Nelsinho Trad (PSD-MS) criticou a falta de cobertura de banda larga no interior do país.

— Como garantir cobertura de serviço de telecomunicações mesmo em áreas remotas ou pouco povoadas? — questionou.

Moraes anunciou para março de 2020 a licitação de quatro novas faixas de radiofrequência: 700 MHz; 2,3 GHz; 3,5 GHz; e 26 GHz. A exploração das faixas deve favorecer a ampliação da cobertura de banda larga móvel em 2,1 mil municípios e permitir a implantação da tecnologia 5G.

— A Anatel trabalha com um leilão que privilegia mais obrigações de cobertura e menos obrigações de pagar. A gente precifica o direito de uso da faixa e desconta os valores correspondentes às obrigações de investimento, sobretudo nas áreas que não dispõem de uma estrutura de rede de telecomunicações adequada — disse.

Perde validade MP que permitiu venda de empresas da Eletrobras

Duas medidas provisórias que tratam do setor elétrico perderam vigência ontem. A primeira, MP 855/2018, facilitou o saneamento de contas da Eletrobras para viabilizar a privatização de duas últimas distribuidoras de energia que ainda estavam sob seu controle em dezembro, quando foram licitadas.

Editada em novembro, a medida garantiu o uso de recursos da Reserva Global de Reversão para pagamento de valores não reembolsados à Amazonas Energia devido à sua ineficiência energética e econômica. A reserva é administrada pela Eletrobras e abastecida por depósitos das concessionárias de energia elétrica. O reembolso existe para subsidiar a geração de energia na Região Norte, porque as áreas que não estão conectadas ao Sistema Interligado Nacional para receber energia de outras usinas dependem de termelétricas.

O governo federal paga às termelétricas a diferença entre o que elas gastaram com combustível fóssil e o preço

médio da energia no sistema. Entretanto, o pagamento está condicionado a requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de eficiência na geração e distribuição de energia e de saúde financeira da empresa.

A Amazonas Energia e a Companhia Energética de Alagoas foram licitadas sem as dívidas, assumidas pela estatal e amortizadas com a edição da MP.

Já MP 856/2018 concedeu à Aneel o poder de contratar emergencialmente empresa de distribuição de energia elétrica caso as distribuidoras sob controle da Eletrobras não tivessem comprador. O texto não foi votado na comissão criada para analisá-lo.

Com a perda de validade, o Congresso deve disciplinar, por decreto legislativo e no prazo de 60 dias, as relações jurídicas geradas pela MP. Caso contrário, as relações jurídicas estabelecidas em seu período de vigência conservam-se regidas pela medida provisória.

Da Agência Câmara

Medida sobre capital externo em aéreas pode avançar hoje

A votação do relatório da medida provisória que permite a participação de 100% de capital estrangeiro na composição acionária das companhias aéreas brasileiras está prevista para hoje, às 14h.

Relatada por Roberto Rocha (PSDB-MA), a MP 863/2018 modifica o artigo 181 do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA — Lei 7.565, de 1986)

para possibilitar a abertura do setor aéreo ao capital estrangeiro, hoje limitada a 20%.

Pelo texto, só empresas brasileiras, constituídas sob as leis locais, pagando impostos no país, poderão realizar voos entre aeroportos brasileiros. Empresas com sede fora do Brasil só poderão explorar essas rotas caso estabeleçam subsidiárias em território brasileiro.

Plínio lamenta críticas à Zona Franca de Manaus

Plínio Valério (PSDB-AM) lamentou o que chamou de preconceito e ignorância em relação aos incentivos fiscais concedidos à Zona Franca de Manaus. O senador criticou o ministro da Economia, Paulo Guedes, que, segundo ele, indicou o Polo de Manaus como responsável pela crise fiscal do Brasil.

— Quanto o mundo pagaria para manter preservada uma floresta como a nossa? Quanto o mundo pagaria para restabelecer uma floresta devastada? Incalculável. E vem o ministro me falar de números.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Alvaro Dias alerta para a gravidade da crise fiscal

Alvaro Dias (Pode-PR) afirmou ontem que não pregou o impeachment de Jair Bolsonaro em entrevista ao portal de notícias UOL. O senador afirmou que apenas alertou o governo para a gravidade da situação fiscal e apontou a necessidade de controle dos gastos públicos.

— Estamos preocupados com a crise fiscal. O déficit público alcança R\$ 139 bilhões. O déficit nominal alcança R\$ 517 bilhões. O déficit nominal é a soma do déficit primário com os juros da dívida pública que são pagos pelo governo.



Jefferson Rudy/Agência Senado



Moraes, da Anatel, o presidente da CI, Marcos Rogério, e o vice, Wellington

Comissão avalia política de preço dos combustíveis

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) vai apurar, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), a política de reajuste de combustíveis praticada pela Petrobras. A medida está prevista na Proposta de Fiscalização e Controle (PFS) 1/2018, apresentada

pela ex-senadora Vanessa Grazziotin e aprovada ontem.

De acordo com a justificativa, a política de preços da Petrobras a partir de outubro de 2016 atrela os valores domésticos aos praticados no mercado internacional, promovendo insegurança e imprevisibilidade em um país cujo pilar central de mobilidade

é o transporte rodoviário. Para o relator, Rodrigo Cunha (PSDB-AL), o assunto diz respeito a todos os brasileiros.

Ontem a comissão aprovou requerimento de Jorge Kajuru (PSB-GO) para realização de audiência pública sobre a política de preços dos combustíveis no governo Bolsonaro. A data ainda não foi marcada.

Aprovado empréstimo para Camaçari, na Bahia

O Senado aprovou ontem autorização para a prefeitura de Camaçari, na Bahia, tomar empréstimo na Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de US\$ 80 milhões (cerca de R\$ 313 milhões), para investimento no Programa de Integração e Desenvolvimento Urbano, Social e Ambiental

do município. O projeto de resolução (PRS 37/2019) segue para promulgação.

O programa a que se destinam os recursos prevê um conjunto de obras de infraestrutura nas áreas de mobilidade urbana, saneamento, desenvolvimento econômico e turismo do município, para consolidar

Camaçari como local de residência de trabalhadores do polo industrial.

Antes, pela manhã, o empréstimo foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde o relator foi Marcos Rogério (DEM-RO). A CAE aprovou também pedido de urgência para o Plenário.



Michel Platini, deputado Claudio Cajado, o relator, Fernando Bezerra Coelho, Alexandre Gontijo e Mauricio Guetta

Debate condena mudança de órgãos do meio ambiente

Participantes de duas audiências na comissão mista da MP que reorganizou o Executivo acusaram o governo de esvaziar as áreas ambiental e social, cujas atribuições foram distribuídas para várias pastas

A TRANSFERÊNCIA DE atribuições do Ministério do Meio Ambiente para outras pastas, estabelecida por meio de medida provisória, foi criticada em audiência na comissão da MP 870/2019. Os especialistas ouvidos condenaram retrocessos na defesa do meio ambiente, dos direitos dos povos indígenas e dos quilombolas, reprovando principalmente a transferência do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) para o Ministério da Agricultura.

Para o presidente da Associação dos Servidores do Ibama (Asibama), Alexandre Gontijo, o SFB deveria continuar no Ministério do Meio Ambiente, pois tem missão claramente relacionada às questões ambientais. Ele salientou que o descuido em relação à proteção das florestas e ao monitoramento ambiental poderá fechar mercados para a madeira brasileira, especialmente na Europa.

Gontijo, que atribuiu a não extinção do Ministério do Meio Ambiente à pressão internacional, afirmou que a Secretaria de Recursos Hídricos também foi transferida indevidamente para o Ministério do Desenvolvimento Regional.

— É uma inconsistência muito grande, pois a água faz parte dos ecossistemas e é um dos produtos da floresta — afirmou.

Para o representante do Instituto Socioambiental (ISA), Mauricio Guetta, especialista em direito ambiental, apesar de o Ministério do Meio Ambiente ter sido por fim mantido pelo presidente da República, o esvaziamento da pasta — por

meio de medidas como a transferência do Serviço Florestal Brasileiro para o Ministério da Agricultura — prejudicou o combate ao desmatamento e às mudanças climáticas.

— O Ministério da Agricultura não tem isenção nem pertinência temática com o Serviço Florestal Brasileiro — explicou.

Movimentos sociais

Em outra audiência na comissão mista, representantes de movimentos sociais disseram que a reforma administrativa desarticulou órgãos de proteção e promoção de direitos sociais, cujas atribuições foram divididas entre vários ministérios.

A MP reduziu de 29 para 22 o número de órgãos com status ministerial. As mudanças levaram à redistribuição de competências de órgãos.

Para o assessor da presidência da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) Francisco Urbano, a MP é a “sequência da radicalização contra a sociedade organizada”.

Por acordo político, a audiência contou apenas com movimentos contrários ao texto do governo.

As principais críticas foram às mudanças nas atribuições da Funai e do Inbra. A MP passou a Funai, desde 1990 vinculada à pasta da Justiça, para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. A demarcação de terras indígenas, antes a cargo do órgão, foi para o Ministério da Agricultura, que também ficou com a responsabilidade da titulação de territórios quilombolas, antes

feita pelo Inbra.

Para os debatedores, as mudanças fragilizam as demarcações e titulações, pois a pasta da Agricultura teria foco no agronegócio, e não em pautas sociais.

O assessor jurídico da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Luiz Eloy Terena, questionou a transferência dos órgãos.

— Como vai se colocar a competência para demarcar terras indígenas quando se tem à frente desses órgãos pessoas que são declaradamente contra terras indígenas?

O senador Rogério Carvalho (PT-SE) disse que o governo está confundindo políticas de governo com políticas de Estado.

— Nós temos um processo evolutivo institucional. A ruptura disso significa terra arrasada. Terra arrasada não interessa a ninguém — afirmou.

Integrante do partido do presidente Bolsonaro, o deputado Filipe Barros (PSL-PR) disse que a reforma corrobora a agenda vitoriosa na eleição presidencial.

— Precisamos respeitar a visão de mundo que ganhou as eleições desse ano. O que importa não é onde a Funai está ou quais conselhos serão mantidos.

O relator da MP, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), fez uma análise parecida.

— Essa reforma tem amplo apoio em diversos segmentos da sociedade, sociedade que assistiu ao inchamento da máquina pública.

Com Agência Câmara

Parecer sobre região no Entorno do DF deve ser votado hoje

A votação do relatório da medida provisória que permite a criação de uma região metropolitana envolvendo o Distrito Federal e municípios de Minas Gerais e Goiás foi adiada para hoje, às 14h, na comissão mista.

A MP 862/2018 modifica o Estatuto da Metrôpole (Lei 13.089, de 2015).

O relatório original do deputado José Nelto (Pode-GO) ensejou a apresentação de dois votos em separado, da deputada Paula Belmonte (Cidadania-DF) e da senadora Leila Barros (PSB-DF). As duas apontam inconstitucionalidade na alteração na destinação dos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal, proposta pelo relator, e defendem a aprovação na forma como foi editada pelo Executivo.

O deputado declarou-se favorável à busca de um consenso e comprometeu-se com o presidente da comissão mista, senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), a apresentar um novo relatório.

As regiões metropolitanas geralmente envolvem municípios de um mesmo estado.

A MP 862/2018, no entanto, abre uma exceção para que o DF possa participar de região metropolitana com municípios limítrofes. A ideia é que os governos dessas localidades que são interdependentes possam coordenar ações.

Os estados e o DF poderão firmar convênio para captar recursos e fazer uma única licitação para uma obra comum, simplificando esforços e reduzindo gastos. A MP não define os municípios limítrofes que integrarão a região, o que deve ser feito por leis complementares, que devem ser aprovadas pelas Assembleias Legislativas de Goiás e Minas Gerais e pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, após negociação entre os governadores.

Atualmente a capital federal já participa da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride), que abrange 4 cidades de Minas Gerais e 29 de Goiás. Porém, segundo a justificativa da MP, essa iniciativa não surtiu os efeitos necessários para dinamizar as relações entre o DF e os municípios.

Com Agência Câmara

Rogério Carvalho vai presidir subcomissão sobre produção

O senador Rogério Carvalho (PT-SE) foi eleito ontem, por aclamação, presidente da Subcomissão Temporária para Análise da Legislação sobre a Gestão das Cadeias Produtivas. A primeira reunião de trabalho da subcomissão será agendada para a próxima semana. A instalação e a eleição foram conduzidas pelo senador Jean Paul Prates (PT-RN), que é membro suplente da subcomissão.

A criação da subcomissão, que funcionará no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), foi sugerida pelo próprio Rogério com o objetivo de, em 120 dias, sugerir aprimoramentos da legislação sobre o tema.

Cadeia produtiva é o conjunto de atividades que se articulam desde a obtenção de insumos básicos até o produto final, incluindo dis-

tribuição e comercialização, constituindo-se em segmentos de uma corrente. Há, por exemplo, a cadeia produtiva do leite, a cadeia produtiva do café e inúmeras outras.

Segundo o senador, a subcomissão debaterá maneiras de alavancar o desenvolvimento econômico local e regional e analisar os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações. Ele disse que o país está com a atividade econômica negativa e que a comissão apresentará caminhos para a retomada do crescimento, com mais protagonismo para os estados.

O senador disse que serão debatidos temas como regularização fundiária e renúncias referentes a incentivos fiscais e desonerações, como as da cadeia produtiva do petróleo.

Proibição de canudos e sacolas plásticas está na pauta da Comissão de Meio Ambiente

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) pode votar hoje, a partir das 14h, o PLS 263/2018, que proíbe a comercialização de sacolas e de utensílios plásticos, como canudos, para o consumo de alimentos e bebidas.

De acordo com o texto, fi-

cam proibidas a fabricação, a importação, a distribuição e a venda de sacolas plásticas para guardar e transportar de mercadorias, além de utensílios plásticos descartáveis para consumo de alimentos e bebidas, como é o caso dos canudos. A exceção é para

as sacolas e utensílios descartáveis feitos com material integralmente biodegradável.

No caso dos cosméticos com micropartículas de plástico, valem as mesmas proibições das sacolas e utensílios plásticos, além da proibição de registro. Essas micropartículas

são usadas em vários produtos, como maquiagens, protetores solares e esfoliantes e podem se acumular nas águas de oceanos e rios.

Além de demorar para degradar, esses componentes podem entrar na cadeia alimentar de peixes, por exem-

plo. Por isso, já há ações para a proibição deles em vários países.

O relator é Roberto Rocha (PSDB-MA), que lembrou o fato de o Brasil ser o quarto maior produtor de lixo plástico, ficando atrás apenas dos EUA, da China e da Índia.